

Aborto: uma questão moral?

O aborto ou interrupção da gravidez é a expulsão prematura de um embrião ou feto do útero e pode ser espontâneo ou induzido. O aborto espontâneo pode ser causado, principalmente, por algum defeito cromossômico no embrião ou feto que impede o seu desenvolvimento natural. Isso pode ser hereditário, causado pela exposição da mãe a certos medicamentos ou resultar de doenças infecciosas. O aborto induzido pode ocorrer pela ingestão de medicamentos ou por métodos mecânicos e sempre foi um assunto polêmico, gerando vários debates em todo o mundo entre adultos, jovens e até políticos. A questão é: trata-se de uma questão moral?

Em debates sobre o aborto são ‘jogados à mesa’ muitos argumentos que não só envolvem opiniões individuais ou coletivas, mas também valores éticos e, sobretudo, a religião. Em nosso país vivenciamos um grande exemplo disso em 2010 quando os três principais candidatos à presidência da república participaram de debates sobre o assunto. Marina Silva, evangélica, se dizia contrária e sua posição era extremamente conservadora nesse aspecto. Dilma e Serra nos deixaram em dúvida sobre sua real posição, declarando-se contrários para não mexer com algo que poderia lhes custar votos.

É impossível ter dados estatísticos exatos sobre o aborto induzido, devido à clandestinidade com que é praticado nos países em que ele é considerado crime. Segundo publicação recente da Organização Mundial de Saúde (*Unsafe abortion, 6th edition, 2008*), estima-se que cerca de quarenta e sete mil mulheres percam a vida anualmente em consequência de aborto em condições precárias. Ainda de acordo com o livro, em 2008 foram estimados 21,6 milhões de abortos inseguros no mundo, onde 21,2 desses ocorreram em países em desenvolvimento e apenas 0,4 ocorridos em países já desenvolvidos.

Devemos ignorar os acontecimentos que estão diante de nossos olhos e tirarmos o direito de escolha da mulher sobre o próprio corpo para seguir certos preceitos morais? A maioria dos brasileiros que se colocam publicamente contra a legalização do aborto são homens que jamais poderão passar por essa experiência vivendo-a intensamente como uma mulher. Aliás, mulheres independentes, que vão cuidar de um filho por si própria se o escolher ter.

A Pesquisa Nacional de Aborto (PNA) realizada em 2010 com mulheres entre 18 e 39 anos de idade atesta que de cada 100 mulheres 22 já realizaram aborto – um número bastante elevado. Um dado que chama atenção é em relação a jovens com idade entre 20 e 24 anos, pois é nesta faixa etária que se concentram os casos. Essas mesmas jovens teriam sua

juventude ‘cortada’ caso ocorresse uma gravidez e não abortassem? Será que ainda não têm maturidade suficiente para sustentar e cuidar bem de uma criança? O fato é que tiveram como resultado uma gravidez indesejada que é a não aceitação da gravidez por qualquer motivo, seja ele a idade, estado civil, saúde, finanças, moradia, estudo, emprego, entre outros.

O aborto acaba sendo condenado também e principalmente pela religião que, na verdade, faz com que a obrigação de se ter um filho resultante de uma gravidez indesejada não passe de um modo de castigar a mulher que desnaturalizou o sexo ao separar seu prazer sexual da missão de procriar, mesmo que implique em consequências ao bem estar físico, emocional ou psíquico da mulher.

Dizer que a descriminalização do aborto no Brasil incentivaria as mulheres a praticá-lo deliberadamente sem pensar nas consequências é um argumento muito usado em debates sobre o assunto. Isso acaba sendo cruel para com as mulheres brasileiras, pois o aborto para qualquer mulher em qualquer situação, seja ela de fartura ou miséria, é uma experiência difícil, de riscos e sofrimento que traz dores e implicações psicológicas como auto-culpa e até dificuldades para engravidar novamente. Sem falar nas sequelas que são agravadas pela criminalização do procedimento, pois as jovens grávidas que abortam ou pensam em fazê-lo têm que arcar com a pesada acusação de assassinato.

A legalização poderia diminuir o percentual de incidência e poderia, com certeza, diminuir o número de mortes. Afinal, com a legalização, médicos especializados poderão realizar os abortos em lugares e em circunstâncias adequadas, salvando a vida de muitas mulheres. Sem a legalização, os números de incidência de aborto e morte causada por ele não diminuirão, e as mulheres continuarão a praticá-lo em clínicas clandestinas ou por práticas caseiras e continuarão morrendo.

Não se trata de ser a favor do aborto, ninguém é, mas as pessoas não podem mais limitar em que situações ou com que valor de dinheiro uma mulher deve estar, ou ter, para poder ter o direito de abortar. As mulheres que podem pagar os altos preços para abortar em clínicas particulares, abortam e não tem seu drama discutido pelo padre, juiz ou jornal. *“O ponto, então, não é ser a favor do aborto. É ser contra a criminalização.”* como afirma Maria Rita Kehl (“Repulsa ao sexo”, O Estado – 18/09/2010).

O aborto não é mais uma questão de ética, valores ou religião. Tornou-se uma questão de saúde pública. É por isso que não pode ser considerado errado um político ser a favor da legalização, pois um político visa uma melhor saúde da sociedade como um todo, então, é dever dele fazer algo para que o número de mortes diminua. Além de que, vivemos em uma sociedade democrática e devemos respeitar as decisões das outras pessoas sobre o que fazer

com o próprio corpo assim como gostaríamos que aceitassem as nossas decisões também. A descriminalização pouparia a vida de muitas mulheres. Portanto para quem é contra o aborto, se vocês acreditam que é um ato errado se preocupem apenas com o que vocês mesmos fazem com o próprio corpo, afinal, se vocês não abortarem, um feto a mais será poupado, basta.

Autora: Ana Paula Cardoso da Silva

Orientador: Henrique Frey

Colégio Objetivo Itu – Rua do Patrocínio, 716 – Centro, Itu-SP

CEP: 13.300-200 – Caixa Postal 150